



Os afetos nos artefatos da razão: caminhos críticos da verdade no Antropoceno

The affections in the reason's artifacts: critical paths of truth in the Anthropocene

Fernanda do Valle Galvão Debetto ^a 

Vinícios Souza de Menezes ^b 

Gustavo Silva Saldanha ^{c, d} 

RESUMO: Trata-se de uma reflexão teórica sobre a noção de verdade objetiva associada ao artefato-linguagem “livro” (em sua ampla expressão histórica, para além do códice vegetal) como mediador determinista do conhecimento. O artigo focaliza o negacionismo científico no Antropoceno como um dos frutos do paradigma científico que contrapõe razão e afetividade, um problema ontológico da linguagem, de onde nasce a Ciência da Informação. O início do Antropoceno aqui se confunde com a máquina de reprodutibilidade da natureza encapsulada no livro, a partir do século XV. Como ciência social responsável pela organização, classificação e circulação dos saberes científicos oficializados, sua fundação - baseada no fetichismo da técnica como solução para o progresso - se mantém como um dos desafios a serem superados na contemporaneidade. Para o diálogo, parte-se da teoria trans-histórica de Lev Vygotsky, da noção de ruptura epistemológica em Bachelard e do conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto.

Palavras-chave: Racionalidade; Afetividade; Verdade; Negacionismo; Antropoceno.

ABSTRACT: It is a theoretical reflection on the notion of objective truth associated with the “book” (in its broad historical expression, beyond the vegetal codex) as language-artifact as a deterministic mediator of knowledge. The article focuses on the scientific denialism in the Anthropocene as one of the fruits of the scientific paradigm that opposes reason and affectivity, an ontological problem of language, from which Information Science is born. The beginning of the Anthropocene here is confused with the nature’s machine of reproducibility, encapsulated by the book, from the 15th century onwards. As a social science responsible for the organization, classification and circulation of official scientific knowledge, its foundation - based on the fetishism of technique as a solution for progress - remains one of the challenges to be overcome in contemporary times. For the dialogue, we start with the transhistorical theory of Lev Vygotsky, the notion of epistemological rupture in Bachelard and the concept of technology in Álvaro Vieira Pinto.

Keywords: Rationality; Affectivity; Truth; Denialism; Anthropocene.

^a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^b Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, SE, Brasil.

^c Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^d Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Fernanda do Valle Galvão Debetto. E-mail: fvallegalvao@gmail.com.

Recebido em/Received: 16/03/2022; Aprovado em/Approved: 12/05/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)  

INTRODUÇÃO

De nacionalidades e caminhos profissionais não partilhados, o advogado belga Paul Otlet, o bibliotecário russo Nicolas Roubakine e a médica italiana Maria Montessori apontaram o conhecimento como o meio para se erigir uma cultura de paz e justiça. Em 1922, Roubakine escreveu o livro “Introdução à psicologia bibliológica”, dedicado a Otlet, resultado de sua tese sobre a relação cognitiva e social do humano com o conhecimento, e, em 1934, Otlet publicou o “Tratado de Documentação”, uma das obras fundadoras da Ciência da Informação (CI), nosso lugar epistêmico de fala.

Os três pensadores foram testemunhas de epidemias, miséria, revoluções e duas guerras mundiais. A negação do Holocausto, conforme recorda Costa (2021), foi a origem do termo negacionismo, utilizado hoje por cientistas e jornalistas. Cunhado por Henry Rousso, 35 anos atrás, a intenção foi diferenciar a negação (individual ou social) de uma recusa como resultado de revisão histórica, igualmente presente e necessária ao campo científico. Montessori, Otlet e Roubakine inferiram que a solução para os conflitos estaria na luta contra a ignorância, representada pelo distanciamento da cultura co-constituída na Modernidade junto ao artefato livro e pela figura do mediador do aprendizado: o educador (para Montessori), o bibliotecário (para Roubakine) e o documentalista (para Otlet). O projeto maior, centralmente em Otlet, arquitetava uma nova estrutura política, baseada no diálogo entre as nações, para sobrevivência dos povos e seu co-desenvolvimento (dentro, ali, de uma visão eurocêntrica). Entre a noção biblioteconômica de livro e de documento otletiano emerge – em especial nas Américas e na Europa – o termo informação associado ao conhecimento científico, uma confluência entre ciência e tecnologia advinda da institucionalização da disputa por hegemonia política e econômica ocidental.

Nesse contexto, fundou-se a CI, orientada à sistematização, classificação e circulação do conhecimento científico, categoria já compreendida como um saber objetivo, entre emissor e receptor, autor e leitor. Araújo (2018) explica que a CI nasce no seio de novos problemas e práticas distintas das biblioteconômicas tradicionais, pós-custodial e mais interessada nos fluxos de circulação da informação científica. Para Saldanha (2020, p.28), um método “neopositivista de análise de revistas científicas (já existente – e, principalmente, já estabelecido e consistente –, antes do surgimento do termo ‘ciência da informação’, a saber, a bibliografia estatística ou bibliometria). Já Mostafa (1985), um rito de passagem normativa do fazer empírico para o fazer proporcionado pelas tecnologias de informação. Questão semelhante apontada por Schrader (1983) referente à busca pelo *status* científico com ênfase na mensuração de dados, não com um debate sério e qualificado acerca de um novo domínio do conhecimento.

A mediação sociotécnica se impôs enquanto protagonista de uma suposta ruptura onto-epistemológica: a noção ontológica de informação e seus limites epistemológicos enquanto campo de fazer científico. Para nós, uma falsa ruptura. Conforme Bachelard (2005), uma ruptura epistemológica se dá pela descontinuidade do saber, um

rompimento com o senso comum (ou com os pressupostos vigentes do campo). Em sua visão, a validação necessita de retificações constantes, um olhar autocrítico da ciência. O progresso, pois, acontece na relação daquilo que ainda se constituirá. Portanto, o conhecimento científico é um conhecimento aproximado com abordagem mais qualificada do que o conhecimento vulgar, mas jamais absoluto. Assim, com base nos termos bachelardianos, partimos do argumento de que o discurso de constituição do campo na terminologia tardia expressada por “ciência da informação”, ao contrário de criação, reduziu a construção sociocrítica do campo à ênfase da naturalização maquínica, insistindo em frágeis alicerces epistemológicos. Tais alicerces respondem por pressupostos filosóficos anteriormente sedimentados, por uma imposição dos artefatos, o fetiche da técnica associado aos múltiplos usos do termo informação oriundos de demandas geopolíticas.

Nessa esteira, o desdobramento do campo, agora sob a expressão “ciência da informação”, gestada no contexto imperialista, fortaleceu a ideia de evolução a partir do acesso à informação como variável determinante para o esclarecimento, ou o bom uso da razão nos termos das técnicas renascentistas e dos métodos iluministas – uma corrente já presente no campo biblioteconômico -, contexto este de avanço significativo, entre o XV e o XVIII de uma teoria do conhecimento orientada para o controle da natureza, que pode ser lido criticamente como destruição e reconstrução sob os termos de cada intencionalidade colonialista. O modelo de ciência que aqui se institui, constrói-se, pois, com foco em uma relação dialética entre verdade sensível e apagamento das outras formas de saber como a-epistêmicas, abrindo margens para levantes da crítica histórica, de um lado, e, de outro, para a negação da própria verdade científica diante de seus equívocos e falsa salvaguarda para o um pretensão bem-estar social (ou seja, para uma contrarrevolução do senso comum a-metodológico).

É comum atribuir a alguns negacionistas a aparente ausência do conhecimento, uma simplificação corrente de “antes não sabia a verdade, mas agora sabe, portanto será melhor”, fruto, conforme sustentamos, de uma interpretação ontológica do conhecimento, considerado objetivo, passível de transferência, armazenamento, recuperação. Para a presente reflexão, afirmamos que o negacionismo se apresenta, porém, na linguagem atravessada pelos afetos, como desdobramento não só de uma reflexão (pretensamente mental e isolada), mas de um compartilhamento social da própria linguagem que produz e manifesta os modos coletivos de vida e de escolhas de cada sociedade – dentre outras razões, perante a frustração de uma promessa do cientificismo positivista salvador. Um cenário insustentável em uma perspectiva científica e informacional do tipo mentalista ou funcionalista. Para Capurro¹, sendo a CI hermenêutica, subdisciplina da Retórica, é simultaneamente uma ciência da informação e da desinformação.

No século XXI, como sempre esteve, está em jogo a definição e validação dos critérios de verdade por meio do combate a um certo grupo que destoa dos acordos e das regras que constituem tal validação; uma guerra linguística, discursiva e política (um

¹ Apresentação do livro “Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica”, publicado em 2020.

pleonasma) entre nós (os defensores da verdade) e eles (os negacionistas), uma polarização reducionista que não observa, conforme salienta Costa (2021), que também os negacionistas se dizem contra o negacionismo (agindo ou não de má fé). A questão se apresenta como irreconciliável por não haver controle das significações do escrito (ou o velho debate entre texto e contexto, visto o conhecimento compartilhado socialmente ser intertextual).

Na virada do milênio, Paul Crutzen e Eugene Stoemer definiram o Antropoceno como uma era geológica marcada pelo protagonismo da ação humana no planeta. Apesar dos alertas feitos repetidamente até os dias atuais, o dilema da destruição do meio ambiente parece mais perto de ser levado a termo do que próximo à uma solução coletiva. A surpresa e a indignação compartilhadas por profissionais, cientistas e ativistas são incoerentes à noção construída de ser o humano o catalizador da verdade, o intérprete e o demiurgo das formas do progresso.

Latour (2014) afirma que, apesar das “armadilhas”, o que caracteriza o Antropoceno não é a dominação humana, mas a separação entre ciência e política (ao qual nós podemos inserir, em uma teoria crítica, a separação entre natureza e cultura). Ao definir ciência como observação de “fatos da natureza, distantes e desapaixonados” e a política como atividade ideológica que responde a interesses próprios, houve um desacoplamento da noção ampla de gestão da *pólis* e da própria questão ideológica, inerente a todos os seres desenvolvidos em um ambiente cultural. Análise similar realizada por Horkheimer (2015) onde avalia que a dissociação entre interesses humanos e verdade objetiva, além da redução do princípio científico como mera ferramenta, geram o triunfo ilusório do avanço democrático, porque “(...) quanto mais a propaganda científica faz da opinião pública uma mera ferramenta de forças obscuras, mais a opinião pública permanece como uma substituta da razão” (HORKHEIMER, 2015, p.38).

Dessa forma, para o autor, o caminho mais efetivo para auxiliar a natureza e a própria razão seria abdicar da ideia de futuro melhor que certamente virá com base em pressupostos que ignoram as contradições inerentes a qualquer progresso. Sobretudo compreender que a “doença da razão” não ocorreu em um momento histórico específico, mas se origina de sua inseparável natureza, situada em camadas mais profundas da civilização, uma vez que “desde que a razão se tornou instrumento para a dominação da natureza humana e extra-humana pelo homem – ou seja, desde os seus primórdios – ela tem se frustrado em sua própria intenção de descobrir a verdade” (HORKHEIMER, 2015, p.193)

Nesse horizonte, partimos da crítica ao paradigma científico pautado em um tipo de racionalidade, dissociado dos afetos e da circulação dos afetos mediada pela linguagem - a força motriz da *pólis* - para discutir o negacionismo científico associado ao conceito de técnica no âmbito da CI, o espaço material por onde também se justifica sua existência enquanto campo científico social aplicado.

Como uma pesquisa teórica, de procedimento bibliográfico, o argumento central sustenta a necessidade de uma teoria social crítica do livro (o artefato tecnológico

metafórico da salvaguarda, mediação, validação ou contestação dos saberes) que assuma sua responsabilidade na consolidação dos dilemas do presente – não porque seu potencial renascentista-iluminista de mitigar os prejuízos do negacionismo se institui como modelo, mas porque, ao contrário, sua existência é objetivamente insuficiente e fora forjada a partir da deturpação do conceito de tecnologia e conhecimento, delineando um perfil de usuário e de cognição ideologicamente excludente na práxis da CI.

No debate sobre o negacionismo científico, não se trata de se debruçar sobre o conceito de verdade para encontrá-la, mas revisitar a história para compreender os mecanismos de validação onde ela, verificadamente, não se encontra. A crítica é orientada aos critérios de verdade, ou, como diria Schneider (2019), a ênfase na mentira como necessidade para o esclarecimento. Destarte, adotamos como desafio das Ciências Sociais no Antropoceno a superação do paradigma científico vigente a partir da construção histórica das reflexões epistêmicas da CI. Como suporte teórico foram utilizados a teoria trans-histórica de Lev Vygotsky, a ideia de ruptura epistemológica de Gaston Bachelard, e o conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto.

DA CRÍTICA DA CIÊNCIA À CIÊNCIA CRÍTICA: DISCURSOS DE RESSALVAS E ELOGIO DA PROCURA

O pensamento filosófico que alicerça a ciência ocidental advém de figuras como Parmênides, fundador da escola eleata, e Górgias, considerado o pai da Sofística. Parmênides difere verdade de opinião e define o Ser como aquilo que é verdadeiro e livre da contingência do tempo e do espaço históricos. É na tese parmenídica que se encontra a correspondência direta entre Ser e pensamento e de que a verdade se encontra apartada da ilusão da matéria, das sensações e das emoções. A mentira seria uma relação do que é, uma corruptela do mundo sensível. No bojo da aparência estão o meio ambiente passível de transformação e a história capaz de transformar.

Em Górgias está aquilo que não existe de modo algum em Parmênides: o múltiplo, a alteridade, a diversidade ainda mais evidente e imanente do ato de falar de e falar sobre. Cassin (2015) afirma que, ao estabelecer uma relação direta entre pensamento e linguagem, Parmênides tornou o Ser um efeito do dizer, deslocando-o para o âmbito da Sofística. A herança parmenídica de que a verdade é unívoca é repetida em Platão (com a Teoria das Formas) e em Aristóteles, com a sustentação de que, apesar do “ser” poder ser dito de diferentes modos, a essência das coisas possui apenas um único sentido.

Fruto de transformações oriundas de claras dimensões opostas da teoria do conhecimento da Antiguidade, a Ciência Moderna foi fundada na contraposição entre racionalismo e experiência, especulação e evidência, a partir da tríade razão, sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido. Entretanto, nos sistemas vigentes, não houve lugar legítimo para a dimensão afetiva no processo de conhecer; uma ruptura no desenrolar da filosofia que se inicia com o maravilhamento mediado pelas percepções. Temática retomada por Agamben (2007), em “A potência do pensamento”, onde

comenta sobre a disposição afetiva ser a condição existencial do *Dasein* heideggeriano. Na mesma obra, recorda que as emoções cumprem papel fulcral entre os estoicos, onde as paixões – o *páthos* - se relacionam essencialmente ao *logos* (traduzido comumente como razão ou linguagem), sem negar o *ethos* (ou seja, integrando o sujeito cognitivo aos seus afetos co-constituídos pela linguagem – o próprio *logos*):

O homem incorre em paixão porque é um animal falante, é um animal apaixonado porque é um animal racional. As paixões não são efeito, de nenhum modo, segundo os estoicos, um fenômeno natural, senão uma forma de *krisis*, de juízo e, portanto, de discurso. (AGAMBEN, 2007, p.106-107, tradução nossa)

Em uma revisão crítica sobre a sociedade moderna, Nietzsche divorcia-se da ideia de conhecimento verdadeiro e da contraposição entre sujeito e objeto, visto que tanto o sujeito quanto o objeto, em sua interpretação, são ficções - o que existe é um processo de conhecer que serve como instrumento de poder.

Não se trata de ‘sujeito e objeto’, mas sim de uma determinada espécie animal que medra somente sob uma certa correção relativa, antes de tudo sob a regularidade de suas percepções (de modo que ela possa capitalizar experiência) [...] Para que uma determinada espécie se conserve – e cresça em seu poder – precisa compreender, em sua concepção de realidade [Realität], uma porção de calculável e invariável suficiente para que, sobre ela, possa ser construído um esquema de seu proceder. (NIETZSCHE, 2008, p. 259)

Segundo o pensador alemão, tanto sujeito quanto objeto são categorias construídas a partir de necessidades. Logo, não existem fatos, mas perspectivas orientadas por pulsões, pela vontade de saber. As necessidades individuais ou coletivas interpretam o mundo. Nesse raciocínio, para Nietzsche, não existe o conhecer ou o conhecimento – existe a vontade de poder. O filósofo contrapõe uma racionalidade que tentou se desgarrar das premissas religiosas (ou, objetivamente, da condição metafísica do conhecer) para estabelecer outras normativas, em seu entendimento dogmáticas, já que não podem criticar a si mesmas porque partem de um sujeito pensante (onde a origem do pensar é o eu, não uma substância o que move o pensar mesmo) e um objeto a ser conhecido (cuja função é ser contemplado, investigado, revelado) ignorando as limitações e contextos de um e de outro. Para Nietzsche, não há teleologia a não ser a existência da própria vontade, aproximando-se da análise de Horkheimer (2015) sobre a doença original da razão anteriormente mencionada. Nessa direção, para Nietzsche, a verdade é um processo e conhecer é “colocar-se em uma condição para com alguma coisa (...) um afeto” (NIETZSCHE, 2008, p.291).

Abbagnano (2007) seleciona cinco definições para o conceito de verdade correspondência (como em Platão e Aristóteles), revelação (de natureza empirista, caracterizada pela evidência, correspondência entre objetividade e conceito, ou teológica), conformidade a uma regra, coerência (foco no componente lógico e da não-contradição) e utilidade (ênfase nas necessidades do ser humano). Assim, focalizaremos o fenômeno do negacionismo científico vivido no Antropoceno na segunda categoria de verdade, a de revelação, cujas fronteiras esbarram no

espelhamento entre conceito e o dizer, a palavra escrita disseminada como evidência, que guarda em si o esclarecimento.

Pode ser tentador acusar a filosofia pós-moderna de abrir caminhos para movimentos negacionistas ao afrouxar o conceito de verdade, ou mesmo ao nihilismo por asseverar que não há verdade alguma a ser encontrada. Contudo, desde Górgias, diversas autorias apontaram para a construção social da verdade e da ciência a partir do consenso da linguagem, como Thomas Kuhn e sua famosa noção de paradigma, Michel Foucault e a arqueologia dos saberes, Pierre Bourdieu com a ideia de campo científico (com todos os tipos de capital), Bruno Latour e o método que evidencia as controvérsias entre os atores sociais envolvidos em um dado domínio, além de Karl Popper, que adverte sobre o caráter hipotético das teorias e evidências. Esse artigo não tem a pretensão de solucionar os dilemas negacionistas do hoje, mas, concordante a Schneider (2019), defende que “(...) se não é simples ou mesmo possível definir a verdade, não é tão difícil assim detectar a mentira e sua construção social. (SCHNEIDER, 2019, p. 78;100). E a primeira ilusão foi determinar a oposição entre racionalidade e afetividade. A segunda, a institucionalização da Ciência da Informação como método eficaz para os saberes científicos, denominados verdadeiros.

O AFETAR DA RAZÃO: ANTROPOCENO E AFECÇÃO DO MATERIALISMO (IN)COMUM

A busca pela verdade e a sua própria determinação se dão por meio da história, um “processo de construção de valores, ou da degenerescência desse ou aquele valor”, constituindo-se uma “categoria ontológica social”, algo objetivo, mas sem objetividade natural (HELLER, 2014, 14-15). A história, portanto, seria a “história de colisão de valores de esferas heterogêneas” (HELLER, 2014, p.15), uma história do desenvolvimento de tais valores, que não ocorre de modo contínuo: um valor não elimina o precedente, mas pode perder importância e permanecer ausente das lutas do presente. Sendo assim, visibilidade ou invisibilidade são relativas e todos os valores, uma vez constituídos, permanecem como possibilidade, o que a autora denomina “invencibilidade da substância humana” (HELLER, 2014, p.22), porque a história é a substância da sociedade. Mas, para analisar a história, é necessário compreender a cotidianidade.

De acordo com Heller (2014), apesar da vida cotidiana ser vivida por todos os humanos, é hierárquica, uma vez que uma pessoa não consegue se envolver em todos os aspectos da vida material. A fruição, o desenvolvimento, a significação e a valoração das atividades da vida cotidiana são mediados por indivíduos, objetos, costumes e relações de poder. A caracterização do humano enquanto ser no mundo é a sua representação como pessoa singular e, ao mesmo tempo, um ser genérico de uma dada conjuntura compartilhada, alguém que absorveu, em alguma medida, o passado da humanidade, posto vivente da história (HELLER, 2014).

Ao analisar a cotidianidade, a autora comenta que, devido à dimensão prática da rotina, não há diferença rigorosa entre as noções de “correto” e “verdadeiro”. Por isso, para

a filósofa, fé e confiança são os sentimentos que “mais ocupam espaço na cotidianidade” e exercem uma função mediadora em inúmeras situações, como a confiança na ciência. O problema, complementa Schneider (2019, p.84), “é quando a ciência, a estética, a ética e outras esferas, cujo vigor e importância dependem da suspensão da cotidianidade, são impregnados por ela”. Como a cotidianidade é hierárquica, precisamos, enquanto seres singulares, apostar em quem produz determinados saberes. Nesse contexto, os graus de confiança são sempre relativos.

Ao astrônomo, não basta ter fé em que a Terra gira em redor do sol; mas, na vida cotidiana, essa fé é plenamente suficiente. Não basta ao médico acreditar na ação terapêutica de um remédio, mas essa fé é suficiente para o enfermo (e precisamente na base de uma simples fé posta no médico ou na medicina, com maior ou menor fundamento empírico) (HELLER, 2014, p.52)

Outra característica da cotidianidade, assinalada pela autora, é a ultrageneralização, formas de pensar extrapoladas para o coletivo a partir de experiências individuais, juízos provisórios, às vezes duráveis, que guiam um determinado grupo social. Ultrageneralização identificada nas argumentações negacionistas onde não dissociam a própria experiência (ou força de crenças) para o plano do método científico: em vez de sistematizarem a pesquisa para encontrar um resultado qualquer, adequam o método para encontrar o que se deseja. Entretanto, o cerne da questão está na dimensão afetiva, com os seus pré-juízos e/ou preconceitos (HELLER, 2014).

Dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé a confiança. O afeto do preconceito é a fé. (...) Particular, de modo geral, não é aquilo em que o homem acredita, mas sim sua relação com os objetivos da fé e com a necessidade satisfeita pela fé. Isso se evidencia de modo intenso nos preconceitos: os objetos e conteúdos de nossos preconceitos podem ser de natureza plenamente universal, podem referir-se à totalidade de nossa natureza ou de nossa classe, a proposições morais, religiosas etc. Em troca, as motivações e as necessidades que alimentam nossa fé e, com ela, nosso preconceito satisfazem sempre nossa particularidade individual (HELLER, 2014, p.68-69)

Para Heller (2014), todo preconceito serve à estabilidade e coesão de uma integração social. No fim, é a luta entre valores no decurso da história. Para a autora, valores, preconceitos e juízos não existem no plano abstrato, mas na concretude da vida, em ações, símbolos materializados em suportes concretos, na linguagem ou esquema semiótico que se perpetua (in)formando modos de pensar, sentir e agir.

Sensações, emoções e sentimentos são conceitos que se entrecruzam em um universo íntimo dependente de linguagem e mediação, espaço que abriga a crítica nietzschiana, mas não somente dele, à uma academia científica hegemônica, com ares de impessoalidade, que não admitia a própria limitação nem outros olhares, igualmente sistemáticos, na busca do denominado conhecimento verdadeiro.

No escopo da Psicologia, Vygostsky (1991) situa a história como movimento construtor das formas de pensar, por via da linguagem. Segundo o pensador russo, toda palavra

é uma generalização, um conjunto de possibilidades de significação. Uma palavra não se refere a um objeto, mas a uma cultura que, por sua vez, é fruto de transformações históricas. Movida por interesses e necessidades, a palavra desempenharia tanto uma função intelectual quanto comunicativa. Portanto, não há palavras que falam por si mesmas, que portem a essência das coisas, nem pensamento que exista por si: pensamento e linguagem se amalgamam pelo desejo que move a apropriação dos objetos. O autor destaca que “(...) cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade ao qual se refere” (VYGOTSKY, 1991, p.6-7), sedimentando no humano a dialética entre singularidade e universalidade, subjetividade e cultura.

Consequentemente, racionalidade e afetividade seriam categorias socialmente construídas a despeito das capacidades e expressões biológicas individuais. Conhecida como interacionista simbólica, a psicologia vygotskyana afirma que o “conhecimento é construído na interação entre sujeito e objeto e a ação do sujeito sobre o objeto é socialmente mediada” (MOLON, 2015, p.62), linguisticamente inexistindo uma produção neutra de saberes. Ao compartilhar a mesma trilha teórica de fundo marxista que Vygotsky, Vieira Pinto (2005) conclui que “toda mensagem transmite o pensamento de alguém e está ligada aos condicionamentos desse pensamento assim como aos de quem recebe” (VIEIRA PINTO, 2005, p.452).

Por isso, na concepção do bibliotecário russo Nikolai Roubakine, o leitor é a variável de análise mais importante, não o texto – texto aqui entendido como a evidência de um determinado saber. O desejo de Roubakine era o de mapear as diversas formas do ato de ler (manifestações psíquicas individuais que, comparadas de modo estruturalista, evidenciariam padrões e vestígios para elaboração de uma genealogia histórica). Roubakine sustentava que o fenômeno da leitura, para além das mediações entre autor, livro e leitor, além de culturais, é também natural, ocorre na interface biológica do humano. Sendo um fenômeno natural, estaria adequado aos auspícios dos métodos usados nas ciências naturais para validação de uma teoria social e psicológica da leitura.

Segundo Roubakine (1998), é impossível extrair os assuntos dos livros como essências a serem captadas porque apenas existem fenômenos de leitura, impressões e opiniões sobre o que foi lido, aproximando-se de uma compreensão kantiana da coisa-em-si. Nesse entendimento, a leitura seria um “antropomorfismo do leitor” (ROUBAKINE, 1998, p.13-14) e a bibliopsicologia, um mecanismo para detectar e demonstrar a “influência de todo o discurso cristalizado enquanto função de determinado leitor”, revelando formas de pensar trans-históricas e transculturais do produtor e do receptor da informação, especificamente a dependência funcional do livro em relação ao leitor, a força motriz do discurso cristalizado (ROUBAKINE, 1998).

Assim como para Vygotsky, em Roubakine, a palavra não possui um princípio de identidade com o objeto ou conceito, mas com o passado e as experiências de quem enuncia e interpreta, a acumulação das significações, das emoções, das experiências e da construção simbólica de uma comunidade. Portanto, a mensagem não está contida no escrito, observação que endossa a crítica de Nietzsche, Latour e Costa sobre a

inexistência da verdade como conceito universal. As palavras cristalizadas em documentos científicos não são autossuficientes no processo de leitura.

Apesar de sua considerável e pioneira contribuição, Roubakine também era um leitor de seu tempo, sendo igualmente impossível o não antropomorfismo de suas interpretações. Fruto de estudo em andamento, encontramos as pegadas da influência positivista em voga no século de vida do autor. Para além da escolha do método (considerado o “mais científico” para a época), em uma nota escrita em 1913, Lênin² contesta o aparente princípio de neutralidade defendido por Roubakine. Naquele período, o bibliotecário russo publicou dois volumes da obra *Among books*, um apanhado da história das ideias filosóficas, científicas, literárias e sociais, onde cada área do saber acomodaria os diferentes pontos de vista, um resumo de cada tendência ideológica, como relata Lênin (1913). Entretanto, no prefácio, Roubakine teria escrito que nunca participou de nenhuma polêmica, já que “polêmicas ocultam a verdade com todas as emoções humanas”. A organização do vasto material estaria, então, isenta de tais polêmicas.

O autor não percebe, por um lado, que nunca houve, nem pode haver, qualquer busca humana pela verdade sem "emoções humanas". O autor esquece, em segundo lugar, que se dedicou a rever "a história das ideias", e a história das ideias é a da sucessão e, conseqüentemente, do conflito de ideias. (LÊNIN, 1913, sem paginação)

A interrelação entre emoções e cognição foi confirmada pelos avanços da neurociência contemporânea. Antonio Damásio (2015) explica que as emoções servem à razão e não está descolada da consciência. Razão e emoção operam em relação na neurofisiologia humana. Nessa direção, não é possível falar de emoções, mas de comunidades emocionais³ trans-históricas. No âmbito da antropologia, Le Breton (2019) afirma que a possibilidade de interação com o mundo por meio dos sentidos, a biologia singular e a cultura correspondente resultarão em uma “peneira de significações”, porque “vir ao mundo é adquirir um estilo de visão, de tato, de audição, de paladar, de olfato próprio à sua comunidade de pertença” (LE BRETON, 2019, p. 17). Por ressoarem de dentro para fora, o sentir e o pensar permitem a inferência de causalidade individualista: o eu que pensa, o eu que sente, logo, intencionalmente pensou e sentiu, não revelando as teias que moldaram uma dada forma de perceber, pensar e sentir. Destarte, a vontade de poder que, segundo Nietzsche, conduz o ser humano ao processo de conhecer, se relacionará com modelos de racionalidade e afetividade cultural historicamente constituídos e em disputa.

Enquanto campo, a epistemologia da CI se dá dentro e para a linguagem, trilha já apontada por Gabriel Peignot sobre listas bibliográficas e organização do conhecimento (SALDANHA, 2019). A frase “quem está falando quando se diz ‘nós?’”, escrita por Danowski e Viveiros de Castro (2014) sobre o epistemicídio e às noções

² Disponível em: [Lenin: Resenha do Livro: N. A. Rubakin, Entre Livros, \(marxists.org\)](https://www.marxists.org/pt/lenin/works/1913/01/01.htm) (Acesso em 05 mar. 2022)

³ Conceito trabalhado pela historiadora Barbara Rosenwein.

ontológicas de humano, mundo e humanidade no Antropoceno, se relaciona diretamente com o questionamento de Saldanha (2019, p.187) sobre a revisão histórica da epistemologia do campo informacional: “o que em mim eu classifico quando classifico?”, o classificar como uma autocondição, as classificações capazes de espelhar as científicas (SALDANHA, 2019).

Nessa espelhar (SALDANHA, 2019) da organização dos saberes ocidentais, a científicidade validada pela meta-ciência informacional opera a noção de verdade como correspondência (entre ser, conceito, palavra, coisa) e como revelação, essa correspondência registrada e capaz de ser compartilhada por mecanismos técnicos. Em uma perspectiva crítica, a quem servem os Sistemas de Organização do Conhecimento vigentes e disseminados internacionalmente? Que tipo de racionalidade permeia as teorias de classificação e representação descritiva? De que maneira é feita a seleção de termos para construção de vocabulários controlados e toda rede metalinguística responsável pela onticidade social dos documentos, dos temas, indivíduos e culturas? Se os dados são evidências objetivas que espelham a verdade, o que dizer de algoritmos⁴ que promovem o machismo, o racismo e a xenofobia? Conforme Vieira Pinto (2005), toda técnica está subordinada a um fim e identifica-se com um grupo ou classe social para satisfazer suas finalidades. A linguagem enquanto pretensa substância da CI, alça o *informatio*, o “dar a forma”, que Menezes⁵ denomina como o discurso do ser, que se diz como algo verdadeiro.

A construção “antropocênica” do real coloca-nos diante do materialismo do (in)comum, ou a fundamentação, ao longo dos últimos 300 anos, centralmente, de uma forma de concepção pela via do *ethos* capitalista em que toda a materialidade pressupõe o particular, e não o comum; a privatização, e não a socialização; o individualismo, e não a coletividade; a distribuição como liberdade, contra a preservação como sobrevivência criadora; o fim como consecução, e não como teleologia. Em outros termos, Haraway (2016, p. 140) define o Antropoceno como “destruição de espaços-tempos de refúgio, (...) um ‘evento-limite’ marcado pelas discontinuidades, com novas relações de poder, tramas, fios e estruturas que alterarão a maneira pela qual sobreviveremos no planeta enquanto espécie. A perspectiva do fim do mundo, onde o negacionismo emerge como uma de suas expressões apocalípticas, coloca em xeque as categorias de “mundo”, de “fim” e de “humanidade”, afinal, o destruidor do planeta é o sistema estruturado e estruturante da esfera pública e ecológica, promovido por uma parcela dos humanos, um caminho dentre outros possíveis, afinal, “(...) tudo é termodinâmica no final das contas, mas é na dinâmica do mercado de ações que se fazem as contas que contam” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 26).

Araújo (2021) relembra que o negacionismo como estratégia articulada e integrada é fenômeno do século XX, quando a indústria do tabaco recusou as evidências que

⁴ Disponível em: [Quem vigia os algoritmos para que não sejam racistas ou sexistas? | Tecnologia | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#) Acesso em 15 mar. 2022.

⁵ Prefácio do livro “Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica”, publicado em 2020.

relacionavam o consumo de cigarro ao câncer. Para garantir o público consumidor e o lucro, empresas do setor criaram uma fundação para financiar pesquisas científicas que gerassem resultados opostos ou, em última análise, não validassem integralmente a relação causal entre tabaco e câncer. A finalidade era semear dúvidas, não motivadas pela dúvida saudável de novos vieses de análise, mas, na impossibilidade de refutação dos achados, instigaram a criação de um “outro lado” do debate, manipulando a opinião pública (ARAÚJO, 2021). A garantia da dúvida era suficiente para a continuidade das empresas, a despeito da preocupação com a saúde coletiva ou mesmo com a valorização da ciência.

Assim, o cenário da descrença na ciência e o ataque à sua credibilidade são movidos não necessariamente por pessoas que desacreditem da ciência, mas, por interesses pessoais (ou institucionais, empresariais, governamentais) que visam à manipulação das massas via dimensão afetiva (juízos provisórios sintetizados na fé, sistemas de preconceito ou falsas consciências perpetuadas por ideologias alimentadas socialmente, nos termos de Heller). No exemplo acima, a manipulação do vício, do gosto, do hábito cancelada pela própria ciência.

Haraway (2016) asseverou que a sociedade está em um evento-limite que altera espaços-tempos. A noção de tempo está presente em Jesse Shera, que afirmou, na década de 1970, que a CI se comporta como a ligadora do tempo porque se ocupa do que e como será ofertado, de como a sociedade se apropria dos saberes registrados e aprende, como memória coletiva. Por isso, é necessário vislumbrar a história como uma estrutura verbal que representa uma preferência por uma modalidade de conceitualização, mas suas bases têm preocupações estéticas e éticas (WHITE, 2019). Dessa maneira, o enfoque “realista da realidade” associa-se com as ideias de saúde e sanidade mental (WHITE, 2019), a antítese da doença da razão anunciada por Horkheimer (2015). Se a nossa realidade informacional é construída por meio da linguagem, faz-se necessário recuperar o conceito de *phármakon* e as origens da escrita.

O PODER DO PHÁRMAKON: UM COMUM NO ANTROPOCENO E SUA PRIVATIZAÇÃO

Em Fedro, Platão (2000) debate a linguagem como artefato-arma da esfera pública, força motriz da política, instrumento de soberania e poder. Dedicado ao assunto, Derrida (2005, 2017) comenta sobre a produção da orfandade do *logos*, a condição de falsidade da cópia quando da reprodutibilidade do dizer sobre. Na concepção socrática, a reprodução escrita de palavras tornar-se-ia sinônimo da não-verdade (encarnação sofisticada), visto ter potência para registrar o que não se falou, nem pensou. E, conforme Parmênides e Platão, o dizer era sinônimo de pensar e, em Aristóteles, o dizer só pode ter um único sentido. Assim, Derrida desenha a metáfora do *phármakon* em sua ambivalência farmacológica entre cura e veneno.

O que está em jogo é a moralidade, tanto no sentido da oposição do bem e do mal, do bom e do mau, quanto no sentido dos costumes, da moralidade pública e das conveniências sociais. Trata-se de saber

o que se faz e o que não se faz. [...] Mas, num debate tão presente pelo desenvolvimento político da cidade, pela propagação da escritura e pela atividade dos sofistas ou dos logógrafos, o que primeiro ressalta são, naturalmente, as conveniências políticas e sociais. A arbitragem proposta por Sócrates se dá na oposição entre os valores de conveniência e inconveniência. (DERRIDA, 2017, p. 20)

No entendimento socrático, o *phármakon* seria útil a um tipo de memória de recuperação, rememoração, mas não à memória relacionada ao conhecimento da verdade. Nesse sentido, a escrita mataria os meios de alcance da verdade. A sociologia da leitura e o corpus teórico da Comunicação Social apontam para um destino inevitável: o receptor da mensagem atribuirá sentidos. O dilema, uma vez mais, está na premissa epistemológica da linguagem e da escrita.

Vygotsky (1991) afirma que, quando pronunciamos uma palavra, pronunciamos uma cultura. Nessa perspectiva, o conhecimento não é processado de maneira universal e a memória não é um mecanismo padrão de registro e recuperação de informações, mas um esquema adaptativo, social, dependente da cultura. De acordo com Luria (1992, p. 72), colega de pesquisa e vygotskyano, “o pensamento categórico não é apenas reflexo da experiência individual, mas uma experiência coletiva que a sociedade pode veicular através do seu sistema linguístico”. Logo, pensar uma ciência como revelação ou a partir das chamadas categorias do pensamento dependerá mais do contexto de seu povo do que da existência da evidência em si mesma, ou da simples capacidade individual de abstração. Consequentemente, infere-se que o paradigma científico dominante e o acesso à estrutura do conhecimento científico não garantem um estado de não ignorância – vale notar que o negacionismo encontra-se também em âmbito científico. Por desenvolver-se em contexto, a capacidade de abstração é alimentada e complementada por experiências emocionais e psicológicas particulares, definidas por repertórios também históricos.

O massacre da linguagem – que inclui o lugar do livro entre a ciência e negacionistas – é, pois, antes de desdobramento e método do capitalismo, uma forma de sua estruturação, se constitui como máquinas de extinção de sentidos. Parafraseando Vygotsky (1996, p.301) todo conflito, em política ou ciência, arranca os nomes velhos (em nosso *locus* epistêmico, o *informatio*, mais uma vez). Ao instituir uma nova ciência, as potências mundiais impuseram um novo nome, ocultando problemas complexos para solução de problemas imediatos. Foi o imediato – e não a ruptura epistemológica, de fato – que alicerçou a CI. Uma violência linguística, que ditou protocolos de organização epistemicidas⁶ e disseminou de forma intencional uma visão parcial da tecnologia em ciência.

Vieira Pinto (2005) afirma que a técnica não só não pode ser pensada sem o homem, como sempre está subordinada aos seus interesses. Entretanto, em sua visão, o que liga o humano ao mundo não é o dado técnico, mas existencial. “Na verdade, não há

⁶ Para esse tema, consultar os autores Hope Olson, Melissa Adler e Antonio García Gutiérrez.

crise alguma, e sim a manifestação de uma particular forma de alienação que afeta especialmente os eruditos privados de consciência crítica” (VIEIRA PINTO, 2005, p.35) - análise ressonante aos desafios do presente.

Crítico à Teoria da Informação, uma das fundadoras do paradigma de uma teoria geral da informação, e aos usos adotados pela cibernética do vocábulo informação, o filósofo brasileiro atribui à ausência de pensamento crítico, dentre outros fatores, a banalidade da circulação informacional, o excesso de notícias e as manobras das grandes corporações da publicidade e do *marketing*, antecipando discussões usuais, hoje, como economia da atenção e *data deluge* (dilúvio de dados). Segundo Vieira Pinto (2005), a informação – existencial do homem e inalienável dele (desde ente dotado de linguagem, *comentário nosso*) – agora exerce a função antiética de voltar-se contra si, ou, em seus termos, parafraseando a teoria de Shannon e Weaver, a informação se converte em ruído de si mesma porque transformou-se em desperdício e mercadoria.

Na dualidade da dialética do informe (VIEIRA PINTO, 2005), a finalidade da tecnocracia foi a exploração, que, alterando os meios, transformou os súditos em fregueses e automatizou o último elemento da cadeia de produção, o usuário. (VIEIRA PINTO, 2005). Ao criarmos o engodo da teoria da informação como fator dirigente da história (VIEIRA PINTO, 2005), inserimos a doença da razão (HORKEIMER, 2015) no aparato técnico, na velocidade, da incapacidade ou deturpação individuais – incorporando o comportamento neoliberal na resolução de problemáticas de raízes coletivas.

Conforme ressaltado, o problema da verdade é, antes, um problema das paixões humanas – impossível de ser capturado, codificado e eliminado como um ruído de um sistema fechado, expresso no artefato linguagem-livro consagrado na Modernidade. Ao defenestrar ontologicamente as emoções para defender a verdade, sustentamos epistemologicamente a colonização dos meios de produção de sentido, ignorando a diferença entre o crítico e o comentador da obra benjaminiana: enquanto o primeiro prende-se ao assunto, o outro, volta-se à escrita do (fora) do sentido, às rasuras gramaticais do informe (privado da forma do discurso do ser), (MENEZES, 2020).

CONCLUSÕES

A condução milenar de uma verdade única, produzida na Europa, excluiu discursivamente os afetos e, com eles, alçou os humanos à condição quase extramundana – tendo o “livro” (do livro ao *paper*, do *paper* ao *tweet*) como arma de demarcação de assertividades, do que é e do que não é. Conforme visto, não há racionalidade sem afetividade (sem a co-participação de *logos*, *ethos* e *páthos*). Somos seres racionais e emocionais, dotados de linguagem, uma alquimia mediada pela interação entre ambiente, objetos e outros seres vivos. Abrindo mão da verdade universal (mas não da validação do conhecimento!) é possível esmiuçar os fatores que trouxeram a humanidade para o ponto atual; não mais a separação reducionista entre

“nós” e “eles”, mas “nós” e as possibilidades de conhecimento circunscritas a circuitos de afetos e juízos provisórios, em análise constante.

Por séculos a razão reinou como forma discursiva de poder único e intensificou-se a confiança na ciência. E, agora, seu valor é ameaçado por outros valores constituídos, outrora adormecidos, mas não aniquilados. Como frisado, revelar as contradições no fazer científico é diferente de negar a ciência. Saber das limitações dos cientistas e atestar a subjetividade dos experimentos em qualquer área do conhecimento não é recusar a possibilidade de descoberta da verdade, mas analisar as contradições e limites para avançar de maneira mais qualificada.

Ao constituir, sistematizar e gerenciar os artefatos do *phármakon*, como campo igualmente científico, a CI, uma Ciência Social orientada ao paradigma criticado nesse trabalho, chancela modelos mentais e conceituais que colaboram para manifestações negacionistas. No contexto da metodologia informacional, a metalinguagem apresenta-se como um recurso do comum capaz de contribuir para uma outra leitura crítica do Antropoceno, somando-se às construções que nos atentam, década a década, para os limites da razão do extermínio e o método científico do massacre.

No entanto, assim como as demais construções do *ethos* do capital, também ela, a linguagem, é fruto construtor e produto da privatização dos sentidos (incluindo a privatização da cultura e da natureza). O desafio das Ciências Sociais permanece: o de se estabelecerem como ciências, conclamando à revisão epistemológica da ciência como instituição. Para mitigar o negacionismo será fundamental desconstruir a ciência a favor dela própria.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, 2007. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

AGAMBEN, Giorgio, 2007. *La potencia del pensamiento: ensayos y conferencias*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora.

ARAÚJO, Ávila Carlos Aberto, 2021. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. In. *Palavra Chave* (La Plata), vol. 10, núm. 2, 2021. [Acesso em: 06 mar. 2022]. DOI: <https://doi.org/10.24215/18539912e116> Disponível em: [Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação | Palavra Chave \(La Plata\) \(unlp.edu.ar\)](https://www.unlp.edu.ar/revistas/palavraclave)

ARAÚJO, Ávila Carlos Alberto, 2018. *O que é Ciência da Informação?*. Belo Horizonte: KMA.

BACHELARD, GASTON, 2005. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BEZERRA, Arthur; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo, 2019. *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond.

CASSIN, Barbara, 2015. *Se Parmênides: o tratado de Melisso, Xenophane, Gorgia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

COSTA, Alyne de Castro, 2021. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. In. *PRINCIPIA*, 25(2), p. 305–334. [Acesso em: 04 mar. 2022]. DOI: 10.5007/1808-1711.2021.e79698 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8186610.pdf>

DAMASIO, Antonio, 2015. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie – Instituto Socioambiental.

DERRIDA, Jacques, 2005. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras.

HARAWAY, Donna, 2016. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. In. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte* | Ano 3 - N. 5, Abril de 2016, ISSN 2359-4705. [Acesso em: 04 mar. 2022]. Disponível em: [Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes* | ClimaCom \(mudancasclimaticas.net.br\)](https://climacom.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes)

HELLER, Agnes, 2014. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HORKHEIMER, Max, 2015. *O eclipse da razão*. São Paulo: Editora UNESP.

LATOUR, Bruno, 2014. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. In. *Revista De Antropologia*, 57(1), 11-31. [Acesso em: 06 mar. 2022]. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702> Disponível em: [Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno | Revista de Antropologia \(usp.br\)](https://revista.deantropologia.usp.br/para-distinguir-amigos-e-inimigos-no-tempo-do-antropoceno)

LE BRETON, David, 2016. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Editora Vozes.

LURIA, Alexander, 1992. *A construção da mente*. São Paulo: Ícone.

MOLON, Susana Inês, 2015. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Editora Vozes.

MOSTAFA, Solange Puntel, 1985. *Epistemologia da Biblioteconomia*. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10705>. Acesso em: 05 mai. 2022.

NIETZSCHE, Friedrich, 2008. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto.

PARMÊNIDES; XENÓFANES. *Filósofos épicos I: Parmênides e Xenófanes, fragmentos*. Edição do texto grego, tradução e comentários Fernando Santoro; revisão científica Néstor Cordero. Rio de Janeiro: Hexis - Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

PLATÃO, 2000. *Fedro (ou da Beleza)*. Lisboa: Guimarães Editores.

ROUBAKINE, Nicolas, 1998. *Introduction a la psychologie bibliologique*, v.1. Sofia: Association Internationale de Bibliologie.

SALDANHA, Gustavo, 2020. *Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica*. Rio de Janeiro: IBICT.

SCHRADER, Alvin, 1983. *Toward a theory of Library and Information Science*. 1014f. Tese. (PhD in Library and Information Science). Indiana University, IN.

VIEIRA PINTO, Álvaro, 2005. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

VYGOTSKY, Lev, 1991. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, Lev, 1991. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, Lev, 1996. *O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica*. São Paulo: Martins Fontes.

WHITE, Hayden, 2019. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.